

# XXI Encontro Nacional FBOMS - 24 anos

**Brasil Real,  
legal, Justo e  
Sustentável**



## Evento:

Reunião ampliada do **Campo Socioambiental** para o enfrentamento dos impactos socioambientais de mega empreendimentos e da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

## Objetivo geral

Identificação e avaliação de desafios para a sustentabilidade socioambiental, justiça e cidadania, a partir das perspectivas diversas de entidades do Campo Socioambiental articuladas com o **FBOMS** para debater o Brasil Legal, Justo e Sustentável.

**Data: 19 e 20 de maio de 2014**

**Local: Casa de Retiros Assunção, Av. L-2 Norte SGAN - Brasília - DF**

Realização:



Fundação Grupo Esquel Brasil  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável



# RELATÓRIO



## XXI Encontro Nacional FBOMS – 24 anos

### Brasil Real, Legal, Justo e Sustentável

#### Relatoria do evento

**19 e 20 de maio de 2014, Brasília.**

**Local:** Casa de Retiros Assunção, Av. L-2 Norte SGAN – Brasília – DF

**Evento:** XXI Encontro Nacional do FBOMS e Reunião ampliada do Campo Socioambiental para o enfrentamento dos impactos socioambientais de megaempreendimentos e da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

**Objetivo geral:** identificação e avaliação de desafios para a sustentabilidade socioambiental, justiça e cidadania a partir das perspectivas diversas de entidades do Campo Socioambiental articuladas com o FBOMS para debater o Brasil Legal, Justo e Sustentável.

#### Objetivos específicos:

- 1- Identificar criticamente quais são os desafios mais importantes e urgentes para a sustentabilidade no Brasil, nas diversas perspectivas de participantes do FBOMS e de redes parceiras.
- 2- Apontar oportunidades para articular e integrar nossas estratégias, considerando as diversas ênfases no social, no ambiental, no modelo econômico, e na existência de alianças e redes com focos “especializados” (temáticos, regionais, etc).
- 3- Avaliar, no atual contexto, que tendências corroboram contra e a favor da sustentabilidade socioambiental nos meios rurais e urbanos e que condições existem para aprimorar e ampliar nossas ações.
- 4- Refletir sobre qual é ou deve ser o papel do FBOMS na promoção de diálogos, convergências e estratégias para lidar com a diversidade de perspectivas e como ampliar o engajamento e eficácia para este movimento.
- 5- Deliberar sobre assuntos institucionais do FBOMS.
- 6- Subsidiar o plano de ação para a próxima gestão da Coordenação Nacional do FBOMS.

#### Participantes:

Representantes e interlocutores/as de organizações e movimentos sociais membros do FBOMS; parceiros e convidados de outras redes, alianças e movimentos da sociedade. Lista em Anexo.

#### REALIZAÇÃO:



#### APOIO:



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável



## DIA 19

### ABERTURA

Boas vindas por *Silvia Alcântara Picchioni* – Secretária Executiva do FBOMS. Agradecimento ao Fundo CASA, Terrazul, ASPOAN e Fundação Esquel pelo apoio.

Homenagem e gratidão por *Rubens Born*: ao *Alexandre Araújo* (ASPAN - PE), *Ninon Machado* e *Mariana Sell* (Instituto Ipanema - RJ) e ao *Morrow Gaines Campbell III* (Vitae Civilis / CAN - SP) e, em nome deles, aos *brasileir@s* que lutam e lutaram pelo socioambientalismo. Menção especial ao fato que eles sempre incentivaram a participação e formação para a participação de jovens.

Dinâmica da chuva  
para que nosso encontro seja fértil  
como a chuva no sertão!

*Gabriela Barbosa*

Apresentação dos participantes (lista anexa). Registro da presença das redes: REJUMA, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Rede GTA, Rebia, Ecosurfi, Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro, Rede Paulista de Educação Ambiental, Rede de Educação Ambiental da Bahia, Rede Cearense de Juventude e Meio Ambiente, Rede de Educação e Informação Ambiental de Goiás, Rede de Educação Ambiental do Sul, Rede de Educação Ambiental da Baixada de Jacarepaguá, Rede Brasileira de Infância e Consumo e Rede de Educação Ambiental do Piauí.

A Coligação Zen se desculpa pela ausência no encontro, pois está envolvida em várias atividades de mobilização sobre a Copa.

### Sessão 1 (9:15 – 12:30): BRASIL REAL

Megaobras, megaimpactos, megaproblemas. Com foco nas obras da Copa de 2014, obras do PAC e programas e iniciativas governamentais (pré-sal, transporte urbano, etc.) e seus impactos socioambientais, por um lado, e as iniciativas da sociedade civil por outro.

*Objetivos da sessão 1*

- Apresentar panorama expedito dos principais impactos socioambientais advindos das obras e mobilizações em prol da realização da Copa do Mundo de 2014 e de outros megaprojetos no Brasil
- Discutir estratégias de ações e meios disponíveis das organizações e movimentos sociais para lidar com tais impactos e empreendimentos
- Avaliar desdobramentos e eventuais iniciativas para 2014-2016

O painel teve 3 expositores, seguido de informes de participantes sobre a situação em seus estados / cidades, debate, encaminhamentos, moções e recomendações, conforme resumido a seguir.

#### REALIZAÇÃO:



#### APOIO:



## Painel:

**Ana Campbell (CASA)** - CASA e Both Ends realizam em conjunto um projeto, de apoio a 15 grupos nas cidades Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Fortaleza e Rio de Janeiro, cujo objetivo é retirar da invisibilidade histórias dos impactos socioambientais da Copa. Os grupos identificaram livremente as histórias a contar, o que resultou em um foco nas violações de direitos humanos - principalmente remoções. Os Comitês Populares da Copa trazem muitas histórias de violações aos DDHs. Estão previstos também o lançamento de um livro e uma exposição de fotografia. Uma assessoria de imprensa foi contratada para divulgar as experiências, mas a grande mídia noticia pouco.

**AÇÃO - organizações do FBOMS divulgam as histórias sempre que puderem <http://fundocasa2014.wordpress.com/comunidades/>**

A expectativa é que o apoio dado ao FBOMS resulte em mais informações, pois o projeto inclui um levantamento dos impactos da Copa sobre o meio ambiente, entre as quais invasões de APP e flexibilização de legislação ambiental para realização de obras. As narrativas devem buscar responder às perguntas: Onde foram construídos os estádios, onde estão as obras, são elas feitas conforme a lei, são elas necessárias, quais seus usos pós-copas, com quem ficam as dívidas?

**Xico Blu (ASPOAN e Coordenação Nacional FBOMS)** - Impactos e obras da Copa 2014 - Mobilizações da sociedade. A Copa do Mundo coloca em evidência a fragilidade e a falta de democracia nos processos de tomada de decisão no Brasil. A definição das cidades-sede dos jogos contemplou interesses políticos locais e nacionais, e deixou para as cidades dívidas, obras inacabadas e obras não realizadas. Os Comitês Populares contra a Copa se organizaram por todo o país, em especial nas cidades sede. Eles identificaram como problemas já existentes e antevistos: exploração sexual de mulheres e menores, especulação imobiliária, inflação e violência.

O Regime Diferenciado de Contratação e a falta de consulta aos fóruns legalmente constituídos (Conselhos) e aos movimentos sociais, complementados pela forma como a mídia enfoca as manifestações configuram um regime de exceção para viabilizar as obras e fazer com que a população aceite as prioridades definidas pelo governo.

No caso de Natal, nenhum dos Conselhos Municipais foi ouvido a respeito das obras. O Comitê Popular contra a Copa de Natal conseguiu barrar as remoções. As obras impactaram a arborização da cidade, deixaram a orla toda esburacada (obra inacabada), impactos sobre as dunas e no parque municipal. Além disso, os custos estão todos superestimados e o orçamento do município comprometido para os próximos anos. O número de assassinatos em Natal aumentou em 300% e colocou a cidade entre as 50 mais violentas do mundo.

O ministro Gilberto Carvalho (SGPR) está visitando as cidades sede fazendo reuniões com a sociedade civil "explicando" os benefícios da Copa, sem levar em conta os impactos nos estados e municípios. A sociedade deve se mobilizar e manifestar sua insatisfação – esta deve ser a Copa das Mobilizações.

## REALIZAÇÃO:



## APOIO:





Na Carta do 1º Encontro dos/as Atingidos/as – Quem perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos, assinada pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Belo Horizonte – MG, 1º a 3 de maio de 2014) são feitas, entre outras, as seguintes denúncias: “250 mil pessoas com suas famílias estão sendo desestruturadas, levadas para longe de seus lugares de origem...”, exclusão de ambulantes, dificuldades para os catadores de material reciclável, falta de segurança para os trabalhadores nas obras, a militarização da segurança pública, a criminalização dos movimentos sociais, a derrubada de árvores e pressão sobre territórios de comunidades tradicionais.

**Ney Hugo da Silva (Movimento Fora do Eixo / Casa das Redes)** – O Movimento Fora do Eixo representa um movimento social ligado às artes e cultura presente nos espaços “fora do eixo Rio-São Paulo” que está presente, como o nome diz, nos espaços fora dos grandes centros, mas também neles, nos espaços da periferia excluídos.

O futebol poderia ser uma oportunidade extraordinária para levantar questões de importância nacional como a luta contra o racismo. No entanto o que vemos é:

Racismo - veto à Camila Pitanga e Lázaro Ramos como “rostos” da Copa.

Acesso a informação: Mostram-se as vidraças quebradas e não as cabeças quebradas. A mídia ninja está cobrindo as manifestações e se apresenta como uma alternativa de informação aos cidadãos. Por isto está sendo atacada e difamada.

Habitação: nas remoções para passar estradas e nas obras, as pessoas receberam aluguel social no primeiro mês depois de sua casa ser destruída e depois tinha que se virar.

Cultura: proibição de venda de acarajé nos estádios (atividade tradicional).

## Relatos dos participantes sobre enfrentamentos e iniciativas. Debate.

**Paraná** – Em 2011 o Fórum do Movimento Ambientalista do Paraná convidou o comitê da Copa para apresentar suas ações e buscar identificar uma interface com a questão ambiental. O Fórum se colocou à disposição para colaborar e vários ambientalistas foram incorporados à lista de discussão da Copa. Reconhecemos que a questão ambiental é um tema difícil para o movimento de discussão da Copa, por isso praticamente não foi possível contribuir muito, mas identificou-se que ainda persiste a prática perniciosa de queimar pneus nas manifestações de rua, como aconteceu com uma recente manifestação contra a remoção de moradores.

Uma ameaça importante para a Bacia do Paraná (Paraná e São Paulo) e outras bacias onde ficam os blocos licitados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) é o Fraturamento químico (FRACKING) para exploração de gás em folhelho de xisto. Isso precisa ser analisado com o máximo cuidado pelo altíssimo risco de impactos sobre os aquíferos, emissões atmosféricas e gestão dos resíduos tóxicos, entre outras graves consequências sociais e ambientais. É outra grande obra que foi definida sem consulta e cujos impactos são pouco conhecidos e

### REALIZAÇÃO:



### APOIO:



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável



estudados. Os leilões já foram finalizados e apenas o MPF do Piauí entrou com ação e obteve liminar contra o fracking. No Paraná, um grupo de ONGs paranaenses está planejando e participando de audiências públicas no oeste do estado, onde se localizam os blocos vendidos pela ANP para a COPEL e PETROBRÁS. A TOXISPHERA (Associação de Saúde Ambiental), filiada ao FBOMS, entrou com Ação Civil Pública contra o leilão.

**Paraíba** – João Pessoa recebeu recursos para ações de mobilidade por conta da proximidade da cidade com sede dos jogos. Há planos para retirada de árvores sem os devidos estudos e não há qualquer discussão com a população a ser atingida. Após várias mobilizações, o resultado foi a exoneração do superintendente de mobilidade. PB lembra também dos impactos socioambientais da transposição do São Francisco.

**Rio de Janeiro:** Obras para Copa e Olimpíadas estão associadas à instalação de resorts no litoral, impactos sobre rios, lagoas e desafetação de UCs. O Conselho Municipal de Meio Ambiente está sendo acionado, mas não há respostas.

**São Paulo:** Por iniciativa do GT Educação Ambiental e Agenda 21 do FBOMS, desde a preparação de atividades para os Territórios do Futuro na Rio+20/Cúpula dos Povos, cerca de 9 (nove) Coletivos de Juventude dialogam sobre a realização da Copa do Mundo no Brasil. Foram feitas uma série de intervenções coordenadas pelo GT, pelo Cineclube Socioambiental “EM PROL DA VIDA” e pela banda Coligação Z.E.M. (membros do FBOMS). A partir do lançamento do clipe com a música “GOL”, foram iniciadas as rodas de conversa intituladas “Copa prá Quem”? - A exibição do clipe e as rodas de conversa foram levadas para espaços populares e universidades como introdução aos diálogos e reflexões acerca das obras da Copa e seus impactos socioambientais. O link de acesso para o clipe GOL da banda Coligação Z.E.M. - Zona de Encontro Musical - é: [https://www.youtube.com/watch?v=Qw9Zv\\_AWik8](https://www.youtube.com/watch?v=Qw9Zv_AWik8) e Facebook: <https://www.facebook.com/coligacaozem>

**GT Clima:** o governo quer anunciar uma “Copa Zero Emissões”; dizem que todas as emissões de carbono serão compensadas. Não se conhece a metodologia de cálculo, nem é possível verificar até que ponto da cadeia de produção as emissões serão incluídas. A estratégia do governo será reduzir os impactos ambientais somente às emissões de carbono, sendo que o assunto é mais amplo. O Regime Diferenciado de Contratações, uma MP que virou lei, promoveu uma “flexibilização” na legislação para acelerar obras e ampliar os impactos sociais e ambientais das obras liberadas sob este regime.

**AÇÃO - Propõe-se que as organizações do FBOMS colem evidências (visuais ou outras) que mostrem os outros impactos para poder fazer o contraponto com provas quando o anúncio for feito pela presidente.**

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**Natal - RN:** 52 entidades estão organizadas e acompanhando as obras. 42 mil metros de mata atlântica dentro da cidade podem ser destruídos - área cedida pelos militares – mas ainda há esperança de reverter esta situação.

**Cerrado:** as outras pautas do movimento socioambiental não podem ser esquecidas. Exemplo: plebiscito sobre a reforma política.

**Mata Atlântica:** vai ter Copa, este é um fato. Como vamos monitorar os impactos das obras? Se e como serão concluídas as obras prometidas e que são importantes para a população e o meio ambiente? Foi criada uma frente parlamentar em defesa dos atingidos por unidades de conservação e terras indígenas – é uma nova frente de ataque por parte dos parlamentares arcaicos.

**AÇÃO – mobilizar as bases do FBOMS para que o maior número possível de parlamentares retire sua assinatura.**

**Seca em São Paulo:** “a Copa sem copo” – foi feita uma maquiagem do volume disponível de água no sistema Cantareira, “matemagicamente” inflado com a adição do volume morto ao cálculo da água disponível.

O eixo dos debates em torno dos efeitos da Copa deve ser democracia, acesso à informação, clareza e eficiência dos gastos em educação e saúde.

**Setor privado:** o setor privado deve ser cobrado por sua responsabilidade e impactos, não devemos focar somente no setor público. Precisamos dar visibilidade aos impactos das cadeias produtivas das obras.

**Datas:** em maio temos - dia mundial contra a Chevron (21/05) e contra a Monsanto (25/05), dia 29/05 - convocação de manifestação sobre a reforma política, de 28 a 30 – Grito da Terra e defesa dos Territórios.

**AÇÃO - As redes e organizações devem sair da defensiva e passar à ofensiva:**

A pergunta é: precisamos destes megaeventos?

**AÇÃO - Organizar as informações para a sociedade civil do país onde a próxima Copa vai ser realizada:**

- As organizações do FBOMS coletam evidências (visuais ou outras) que mostram os impactos da Copa para poder fazer o contraponto com provas quando o anúncio da copa zero emissões for feito pela presidente.
- Criar um GT de 2 ou 3 pessoas para preparar uma nota sobre os impactos ambientais da Copa a ser assinada por organizações e Redes quando do anúncio do “Zero Emissões”. (Voluntários: Rubens, Zuleica)
- Criar um GT de acompanhamento da reforma política.
- Adesão ao movimento do plebiscito para a constituinte exclusiva sobre a reforma política.

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável



## Sessão 2 (14:30 – 18:30): BRASIL LEGAL

Com foco no Poder Legislativo e seus diversos procedimentos, por um lado, e as iniciativas da sociedade por outro, com destaque para a Plataforma do Marco Regulatório das OSCs, o Código Florestal, o Código de Mineração, a PEC 215, legislação indígena e tratados internacionais.

### Objetivos da sessão 2

- Avaliar panorama e contexto do conjunto normativo e do Poder Legislativo, com ênfase para as oportunidades de evolução quanto à cidadania e sustentabilidade, por um lado, e as ameaças reais e potenciais de retrocesso, por outro lado.
- Compartilhar iniciativas e perspectivas de organizações e movimentos sociais sobre projetos de lei em tramitação ou normas legais com lacunas, barreiras ou ameaças à sustentabilidade, cidadania e justiça socioambiental;
- Discutir estratégias de ações e meios disponíveis das organizações e movimentos sociais para lidar com tais oportunidades e ameaças no campo do Poder Legislativo
- Avaliar desdobramentos e eventuais iniciativas para 2014-2016

### Painel:

*"O governo não vai abrir mão de seus projetos"*  
Gilberto Carvalho

**Brent Millikan (International Rivers Network)** - Barragens e grandes obras na Amazônia (apresentação anexa). Amazônia é a nova fronteira de expansão para a produção de hidroeletricidade no Brasil. Esta expansão se dá em cima de UCs e TIs – depois do Madeira, entra o Tapajós. As hidroelétricas estão associadas à mineração e ao transporte de commodities agrícolas e, portanto do uso e apropriação / desmatamento das terras nestas bacias.

A tomada de decisão mais uma vez é política, sem discussão de alternativas e sem consulta aos Povos e Comunidades afetadas. Não se levam em conta a pegada de carbono, os impactos sobre a biodiversidade, os impactos sociais (migrantes, deslocamentos, pressão sobre os sistemas educacional, de saúde e infraestrutura nas cidades no entorno, etc.). Os atores neste "sistema" são os bancos de investimento, as empreiteiras, os governos federal, estadual e municipais, as mineradoras.

O instrumento de "suspensão de segurança" é mais um instrumento do regime de exceção mencionado no painel anterior - este aqui é resquício da época da ditadura apesar de ser utilizado pelo governo popular e democrático do PT.

Um conjunto de estratégias e iniciativas estão em marcha por parte da sociedade civil: "frente por uma nova política energética", apoio aos movimentos locais de ameaçados e atingidos, eliminação do instrumento de "suspensão de segurança", pressão sobre as financiadoras e empreiteiras (BNDES e outros financiadores públicos), responsabilização de empresas, articulação de políticas territoriais (gestão de bacias, planejamento e licenciamento ambiental p.ex. IRP, AAE, etc.)

### REALIZAÇÃO:



### APOIO:





**Paulo Brack (INGÁ)** – Megaobras (apresentação anexa). O Brasil hoje não cumpre com sua própria Constituição no seu artigo 225 (direito ao meio ambiente equilibrado). Nós temos instrumentos legais (portaria) para pressionar o planejamento de obras.

Os dados sobre planejamento de hidrelétricas estão disponíveis no site do MME. Alguns dados marcantes: 70% das hidrelétricas e 57% das PCH em construção estão sobre áreas prioritárias de conservação da biodiversidade. O rio Uruguai, caso se realize o planejamento do governo, não terá nenhum km não barrado, o que significa que o dourado não terá mais condições de se reproduzir na região. Assim, devemos insistir e valorizar as avaliações ambientais integradas.

As mesmas empreiteiras presentes na Copa constroem hidrelétricas e financiam campanhas políticas, o que é mais um motivo para proibir o financiamento privado de campanha.

Além de lutarmos por soberania ecológica, por Áreas Livres de Barramentos, por alternativas energéticas, pela desconcentração do Capital também podemos buscar a coerência:

- Diminuir/ buscar maior eficiência no uso da energia elétrica.
- Abolir, paulatinamente, o uso de Chuveiro elétrico.
- Buscar iluminação natural/ controlar o desperdício de lâmpadas acesas.
- Substituir lâmpadas incandescentes por outras mais eficientes, que não poluam o M. Ambiente.
- Usar, em condições de calor moderado, o ventilador em vez de ar condicionado.
- Procurar consumir somente aquilo mais necessário.

**Henyo Barreto Trindade (IEB)** - Estado da Arte PAC - modelo de desenvolvimento e seu impacto. Na página do PAC podemos ver vídeos sobre a avaliação das fases do PAC – recomenda-se a visualização dos mesmos (com *engov*) (<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/videos>)

Modelo de desenvolvimento da América Latina: as esquerdas no poder escolheram um modelo neo-extrativistas de desenvolvimento, voltado à exportação de commodities de reduzido input tecnológico (agrícola / mineral), com exploração intensiva da terra, água e recursos naturais. No Brasil, há um crescimento da importância relativa do agronegócio na balança comercial e no PIB brasileiro - "O agronegócio venceu" disse Dilma Rousseff em Lucas do Rio Verde. O governo associa este modelo de desenvolvimento ao financiamento de sua manutenção no poder – dentro de um governo de coalizão, o PMDB toma uma importância cada vez maior. As formas de participação, os conselhos, e em particular o CDES são espaços de reafirmação do poder, inicialmente no diálogo, e a partir do início do segundo mandato do Lula, com o PAC.

A recriação da Sudam e da Sudene e o fortalecimento do BNDES financiam o modelo. Para manter seus apoios, o governo "remove obstáculos" (burocráticos, legais, direitos ambientais e sociais, e outros). Estamos num tempo de recodificação (revisão dos códigos: florestal, de mineração, de direitos

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



territoriais, ambiental, etc.). Estatuto dos Povos indígenas, CNPI e PGATI que protegem estão parados / paralisados, ou demoram muito para serem promulgados e o reconhecimento das TI (nos diversos passos do rito de homologação) está parado.

A agenda prioritária dos movimentos indígenas e seus aliados inclui:

- Regulamentação da 169 OIT – consentimento prévio e informado
- Implementação da PGATI.
- Transformação do CNPI em Conselho.
- Solução para os passivos ambientais em Terras Indígenas e compensações pelas obras de infraestrutura.

**Pedro Ivo Batista (Alternativa Terrazul e Coordenação Nacional do FBOMS)**. Informe sobre o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. As audiências públicas se transformaram em farsas, onde o governo ouve, às vezes responde, mas não leva em consideração as restrições ou demandas daqueles que teoricamente estão sendo consultados. A reivindicação é que as comunidades impactadas possam efetivamente decidir se aceitam ou não os impactos da mineração (e de outras obras). Uma segunda proposta é a criação de zonas livres de mineração. Além disto, a frente entrou com pedido na justiça para impedir o relator do Código de Mineração de continuar nesta posição, pois sua campanha foi financiada por mineradoras e, portanto há conflito de interesse.

#### **Manifestação dos Participantes:**

- Dois assuntos esquecidos: PCH não demandam licenciamento, o assunto deveria ser tratado na avaliação ambiental integradas. A repotenciação de hidroelétricas, parte da solução da questão elétrica, não interessa às empreiteiras, que ganham muito menos do que quando fazem novas hidrelétricas.
- Governar é mais do que abrir estradas ou fazer obras associadas a políticas compensatórias. O FBOMS e a sociedade civil devem trabalhar sobre alternativas ao atual modo de consumo. Em 2004, os chuveiros elétricos representavam 18% da demanda nos horários de pico, o equivalente a Belo Monte, Jirau e Santo Antônio juntas – seria mais barato o governo pagar a instalação de aquecedores solares às famílias que representam esta demanda! A pergunta que fica é energia pra que e como? Devemos influenciar mudanças nas escolhas pessoais e coletivas de uso de energia elétrica. Haverá um Fórum Social Temático sobre Energia (FST-Energia), com dimensão internacional **“Energia: para que, para quem e como?”**, a ser realizado de 7 a 10 de agosto de 2014, em Brasília, DF, para o qual o FBOMS foi convidado.
- O CNPE tem uma vaga para a sociedade civil, mas esta vaga até hoje não foi ocupada. É preciso que pressionemos pela ocupação desta vaga e para que as atas e documentos do conselho sejam publicados na página eletrônica do MME. Apesar de ser uma vaga apenas, é preciso que a lei seja cumprida e

#### **REALIZAÇÃO:**



#### **APOIO:**



que as ONGs possam ter informações sobre o processo de decisão que ocorre neste conselho.

- Novamente foi levantada a questão do FRACKING e da necessidade de maior conscientização desta ameaça por parte das ONGs que atuam nos estados atingidos pela rodada de licitação da ANP.
- Denunciada a destruição dos pampas para a produção de soja.
- Também devemos ficar atentos aos resultados de uma pesquisa sobre os efeitos dos programas de transferência de renda sobre populações culturalmente diferenciadas que deve sair em breve.
- O marco regulatório das energias alternativas está no Congresso e deve ser acompanhado.
- Manifestação contra a recém-criada Frente Parlamentar em Defesa das Populações Atingidas por Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas).
- Mencionaram-se também as graves notícias de assassinatos de ambientalistas em todo o mundo, e o fato de que é no Brasil ocorre o maior número de assassinatos não esclarecidos.

### **AÇÃO – falar com parlamentares para que os mesmos retirem o apoio à criação desta Frente.**

- Análise de conjuntura: a sociedade civil precisa reinventar as maneiras de se manifestar para realmente ser ouvida. Ultimamente isto não está acontecendo. Além disto, continua e aumenta a dificuldade de financiamento para as OSC e movimentos sociais. Há um desmonte sistemático das conquistas socioambientais dos últimos anos por pessoas claramente identificadas dentro do MMA. É preciso reagrupar o movimento socioambientalista para sermos capazes de resistir.

### **Propostas:**

#### **FBOMS**

- Reagrupar o movimento socioambientalista para sermos capazes de resistir.
- Incluir na pauta de luta do FBOMS a aprovação no Congresso do marco regulatório das energias alternativas.
- Indicar organização / pessoa para o CNPE.
- Cobrar o lançamento da lista da flora ameaçada que está pronta e parada no MMA.
- Manifestação contra a frente parlamentar recém criada (atingidos por áreas de proteção e Tis)
- Apoiar a proposta de áreas livres de mineração.
- Fazer proposta sobre a gestão do território (áreas livres de mineração, de hidrelétricas, reafirmar a proteção da biodiversidade, e outros)

#### **Organizações e Sociedade Civil**

#### **REALIZAÇÃO:**



#### **APOIO:**



- Trabalhar sobre alternativas de modos de consumo (exemplo chuveiro elétrico - energia pra que e como) e escolhas pessoais e coletivas. Sair do sistema?
- Fazer algo a respeito do fracionamento hidráulico para produção de gás de xisto.
- Reinventar as maneiras de nos manifestar para realmente sermos ouvidos.

**Silvio Sant'Ana (Fundação Esquel - FGEB e Coordenação Nacional FBOMS)** – Marco Legal de Organizações da Sociedade Civil. Em 2012, na Rio+20, a sociedade civil se apresentou de forma fragmentada. Em 2013, a sociedade foi para a rua, mas poucas organizações estavam preparadas ou tinham clareza de como as manifestações se deram - assunto que ainda merece melhor análise.

Ao contrário do que parece, o governo contribui somente com 18% da renda das ONGs (algo como 20 bilhões), sendo que a maioria deste recurso vem de governos estaduais e municipais.

O acesso ao recurso público é pouco democrático – somente poucas organizações têm acesso. Além disso, o setor privado, as organizações quase governamentais e as prefeituras estão competindo com as ONGs “*stricto sensu*” por estes recursos. A ideia seria criar condições para que as organizações possam se financiar na sociedade, o que tem a vantagem adicional de aproximar o cidadão das causas que eles financiam.

Em 2010, os seguintes pontos foram apresentados aos candidatos à presidência: autonomia, participação, mecanismos democráticos de acesso a recursos públicos, regime tributário decente e mecanismos fiscais que apoiem doações promotoras de independência e autonomia.

Alguns dos problemas identificados ao longo do processo foram: como identificar organizações da sociedade civil (separar alhos de bugalhos); mecanismos de contratação com o setor público; formulação de direitos e deveres na contratualização com o setor privado; apesar das ONGs serem teoricamente isentas, elas pagam contribuições patronais superiores a empresas (13% versus 7% da receita bruta).

Situação: O PL 3872 foi aprovado na CCJ e vai para o plenário da Câmara.

Agenda futura: regulamentar contratos, baratear carga tributária (tipo de “Simples para ONGs” já que 80% delas têm orçamento anual inferior a 100 mil reais), incentivo fiscais para doações.

#### **Contribuições dos participantes:**

- O governo não tem interesse em financiar quem pode criticá-lo. As dificuldades para acessar recursos governamentais aumentaram com o SICONV. Os recursos internacionais estão minguando e impõem regras que desconhecem a legislação Brasileira - trabalhista e outras - colocando as organizações em situação de ilegalidade ou de extrema fragilidade.

#### **REALIZAÇÃO:**



#### **APOIO:**



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável





- O FBOMS é um celeiro de Redes, algumas continuam presentes no seu cotidiano, outras se distanciaram. Uma questão central para o FBOMS é saber se somos uma rede de redes ou não? Somos um fórum de convergência, que fortalece cada rede em suas batalhas, e dá ao conjunto um sentido maior, de luta pela sustentabilidade. Nossa onda é conectar, sendo multicêntrico, onde cada organização / Rede que se propõe a encabeçar ações, o faz com apoio do conjunto.
- Estamos cansados, com cicatrizes, mas também com esperança e brilho nos olhos. O que temos de fazer, o que precisamos mudar? A Copa pode ser uma oportunidade de denúncia socioambiental – com documentos curtos, contundentes, virais – estratégia assertiva e contundente.
- Devemos intervir de forma positiva e propositiva - não como oposição sistemática.
- Devemos disputar a hegemonia junto aos novos movimentos que emergiram no ano passado. Usar as redes sociais.

#### **Propostas:**

- A dispersão de fundos é um problema - devemos fortalecer o FNMA.
- Propor a criação de um imposto de renda socioambiental.
- No II Seminário Internacional sobre Marco Regulatório da Sociedade Civil (21 e 22 de maio) organizado pelo governo, é importante termos uma estratégia de participação.
- Criar uma equipe de especialistas que sirva a conjuntos de organizações fazendo análises e outros serviços para grupos, pois as organizações individualmente já não conseguem fazê-lo (compartilhar inteligência e ações) - modelo do que as organizações sindicais fizeram com o Dieese.
- Retomar a luta pela construção participativa de políticas públicas de educação ambiental (popular).
- A Copa pode ser uma oportunidade de denúncia socioambiental – com documentos curtos, contundentes, virais, estratégia assertiva e contundente.
- Identificar claramente o campo das ONGs.
- Nomear os inimigos – quem são os ruralistas, quem são os candidatos antiecológicos.

Itanor se ofereceu de captação das falas e imagens no dia 20.

#### **DIA 20**

**Apresentação do filme** - denúncia sobre a contaminação por chumbo em Santo Amaro da Purificação – BA

#### **Sessão 3 (10:00 – 12:30): Prestando contas**

Prestação de contas sobre atividades e desafios do FBOMS, com informes dos GTs, da CN e representantes do FBOMS nos diferentes Conselhos.

#### **REALIZAÇÃO:**



#### **APOIO:**



## **Mesa:** Coordenação Nacional FBOMS

**Fica definido** que as informações sobre o que foi feito nos últimos 3 anos serão publicadas no site do FBOMS por cada coordenador e representante do FBOMS em instâncias e eventos.

Durante a gestão que finda, sempre que existissem GTs específicos em funcionamento regular, eles indicavam representantes nas instâncias que tratam de assuntos afins, senão a demanda era encaminhada via a lista de e-mails, levantando interessados em representar o FBOMS. Foram realizados 11 processos de escolhas pela lista, alguns com mais, outras com menos participação.

*Xico Blu* acompanhou estes representantes pela coordenação do FBOMS. Ele relatou dificuldades em obter respostas dos representantes. O FBOMS tinha 27 representações, sendo algumas com 4 ou 6 vagas. A definição das representações passou a ser feita na lista geral (aprox. 400 entidades, sendo umas 200 ativas). Pediu-se aos representantes que compartilhem a agenda do órgão que acompanham e um curto relatório, mas poucos o fazem. A maioria das representações é junto ao MMA.

## **I – Relato dos Grupos de Trabalho do FBOMS**

### **1. GT de Educação Ambiental e Agenda 21**

Houve uma apresentação formal na noite do dia anterior que se encontra disponível na página institucional do FBOMS: <http://fboms.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Estado-da-Arte-GT-EA-e-Agenda-21.pdf> Doroty Martos fez o relato completo das atividades realizadas entre junho de 2011 e junho de 2014, uma avaliação e, posteriormente, foi realizada a eleição da nova Coordenação deste GT, ficando com a seguinte constituição:

REJUMA (representada por Diogo Damasceno Pires)

Gaia Guria (representada por Sabrina Amaral)

Representantes do GT no Órgão Gestor da PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental:

Instituto Redecriar - Doroty Martos (Titular)

Instituto 5 Elementos - Monica Borba (Suplente)

### **2. GT Clima Brasil**

Coordenação: Fundação Esquel (Rubinho), GTA (Rubão), ASPOAN e Vitae Civilis.

Premissas do GT – transversalizar o tema; visão sistêmica da mudança climática.

Objetivos do GT Clima:

- Servir de espaço para a pluralidade de organizações e movimentos filiados ao FBOMS e como espaço de diálogo e compartilhamento de estratégias, iniciativas, etc, com outras redes e alianças da sociedade civil. Identificar as pautas comuns entre os diferentes fóruns, servindo de ponte, e atuar para realizar esta pauta.

#### **REALIZAÇÃO:**



#### **APOIO:**



- Apoiar, realizar, buscar a qualificação e capacitação de OSC sobre as questões de mudança climática, de tal forma que OSCs e Redes parceiras possam incorporar os desafios das MC às suas agendas de trabalho.
- Buscar, quando possível, elaborar e consolidar documentos de propostas e análises sobre políticas ou planos governamentais.
- Servir de Elo Nacional (“national node”) à Rede CAN – *Climate Action Network*.
- Acompanhar, incidir sobre políticas, plano nacional e planos setoriais em mudança climática e nas posições do Brasil no regime multilateral da ONU sobre mudança climática.

Tradicionalmente o GT se reúne duas vezes por ano, junto com os GTs Energia e Floresta e inclui uma sessão de formação. Reuniu-se em 2011 e 2012, mas não teve recursos para fazê-lo em 2013. Tem se esforçado para qualificar e capacitar organizações para que possam inserir o tema de clima em suas pautas e entender impactos e interações.

O tema de clima já esteve muito mais na pauta do país, mas foi aos poucos perdendo sua visibilidade, mas não sua importância. A luta inicial era a elaboração de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas e um Fundo Nacional de Clima.

#### Desafios do Fundo Clima:

- Aumentar em percentual e número absoluto os recursos não reembolsáveis, notadamente para iniciativas de adaptação, de mitigação por iniciativa da sociedade civil, e de capacitação e qualificação.
- Lograr aprovar plano / programa / política do Fundo Clima para programa multianual de apoio a capacitação e mobilização em mudanças de clima e na realização de oficinas de projetos em mudanças de clima.
- Dentro do GT de recursos não reembolsáveis do Fundo,
  - Identificar e operacionalizar instrumentos que ampliem acesso de OSC aos recursos do Fundo, pois convênio não é o instrumento adequado.
  - Identificar linhas e áreas passíveis / necessitando investimentos não reembolsáveis em mudanças de clima por iniciativa da sociedade civil e prefeituras.

No seu primeiro ano, o Fundo teve 200 milhões para empréstimos e 30 milhões para fundo perdido cujo destino foi em sua maioria definido pelo MMA. No 2º ano tinha 300 milhões e 15 milhões a fundo perdido e no 3º ano – 300 milhões para empréstimos – 17 milhões a fundo perdido.

O GT do Fundo para definir o uso dos recursos a fundo perdido é permanente.

### **3. GT Juventude**

Com uma reunião presencial em SP, se organizou. O GT junto com o FBOMS conquistou uma cadeira no CNJ (Piccolo), depois foi pouco ativo. Neste encontro está se rearticulando.

Coordenação:

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável



- Articulação Nacional dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente – Damaris Teixeira Paz <[Damaris.edu.paz@gmail.com](mailto:Damaris.edu.paz@gmail.com)>, (92) 91463195
- Rede Cearense de Juventude Pelo Meio Ambiente/ Recejuma e Rejuma - Danrley Cavalcante <[Danrley.cavalcante@hotmail.com](mailto:Danrley.cavalcante@hotmail.com)>, (85) 9141-0938
- Instituto Gaia Guria - Rafael Velho <[Rafael\\_velho@hotmail.com](mailto:Rafael_velho@hotmail.com)>, (51) 9359 – 9660

#### Proposta do GT:

- reativar a lista de e-mails, para a melhor organização;
- reformular novas atividades do GT

## **II - Relatos das representações do FBOMS em diversas instâncias**

### **1. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração**

Alternativa Terrazul é o representante do FBOMS neste Comitê, que tem acompanhado de perto as iniciativas no Congresso para “flexibilizar” a mineração em Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Uma reunião aconteceu em paralelo ao encontro do FBOMS (19-20-21 Maio). O relato já foi feito no primeiro dia (ver acima, neste relatório).

### **2. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 – CPDS**

Representação reconduzida: Gambá (Renato Cunha), Convida (Fidelis Paixão) Geema (Jacqueline Guerreiro)

#### Eixos de atuação:

- Defesa e fortalecimento da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21
- Defesa e aporte de recursos para a Agenda 21 e da Rede Brasileira de Agendas 21 – REBAL.
- Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável utilizado pelos gestores do MMA.
- Crítica da linha mestra da proposta atual sobre a Agenda 21 do MMA.

#### Demandas feitas (nenhuma delas foi atendida):

- Disseminação das informações das pesquisas sobre agenda 21- a primeira de 2006 feita pelo Vitae Civilis, e a segunda de 2010, feita pelo Vitae Civilis e pelo Terrazul.
- Priorização das matrizes da agenda 21 para a estruturação dos programas do próprio MMA.
- Questionamento sobre o planejamento estratégico da CDES que não leva em conta as matrizes da Agenda 21.
- Financiamento do encontro nacional da REBAL.
- Edital do FNMA específico para fortalecimento das Agendas 21.

#### Desafios / proposta:

- Fazer uma carta do FBOMS para pressionar para divulgação das pesquisas supra citadas e pela retomada das reuniões da comissão (a última foi em 2012).

#### **REALIZAÇÃO:**



#### **APOIO:**





- Fazer edital FNMA para fortalecimento das Agendas 21.
- Fortalecimento da CPDS e Agenda 21 no MMA.
- Resgate do diálogo da Gerencia da Agenda 21 na MMA e a Rede Brasileira de Agendas 21.

Informação adicional do Nilo Diniz - MMA: o edital para educação popular do FNMA teve seus convênios assinados nesta semana. Os conselhos em geral estão vivendo um momento de crise. A ministra quer financiar um encontro de entidades ambientalistas.

Se comentou que isto pode ser perigoso, pois recoloca no centro da discussão uma visão ultrapassada que separa entidades ambientais das socioambientais, visão que está sendo promovida dentro do MMA.

### 3. CGFLOP

O representante é a STV Brasil – *Perceval Nunes de Carvalho Filho* relatou que só houve uma reunião nos últimos anos.

Aí também se verifica que o SICONV dificulta muito a participação das ONGs para uso de recursos públicos.

### 4. Conselho Deliberativo do FNMA

O representante é a STV Brasil. *Perceval Nunes de Carvalho Filho* relatou que os representantes da sociedade civil têm sido eleitos por omissão – há pouca participação das próprias ONGs, o Fundo está sem recursos, muda as datas de suas reuniões e as pessoas não conseguem se organizar para participar das mesmas. Os representantes da sociedade civil acabam sendo analistas de projetos.

Os editais estão desconectados da realidade. Eles estão direcionados a compras e não a serviços (como, por exemplo, fazer educação ambiental sem pessoal?). Assim, quem hoje mais participa e ganha editais são prefeituras, universidades e fundações de universidades. Na última avaliação só uma ONG foi contemplada. Convênios quebram as pernas da ONGs.

Hoje o FNMA não serve à sociedade civil.

### 5. Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ

*Zuleica Nycz* fez um histórico da participação do FBOMS nesta Comissão.

A CONASQ ficou desativada por muitos anos. A portaria de criação da comissão é a mesma desde então, com a sociedade civil sendo representada somente pelo FBOMS, CUT e UNB. Foi reativada com a promessa de que os membros iriam discutir uma forma de dar mais poder à comissão, que atualmente não é deliberativa.

Objetivos da CONASQ – elaborar uma Política Nacional de Segurança Química e acompanhar a implementação das seguintes convenções:

- Estocolmo (Poluentes Orgânicos Persistentes - POP) –embora o Brasil tenha assinado a Convenção em 2004, até hoje não foi feito o plano nacional de implementação. No momento está sendo executado um

#### REALIZAÇÃO:



#### APOIO:



projeto para elaborar o Plano para os 12 primeiros POPs, e é possível que os 9 novos POPs sejam incluídos. É uma convenção que se baseia na participação da sociedade civil, no direito de saber e no direito de dizer não.

- Basileia (Transporte Trans-fronteiriço de resíduos tóxicos)
- Roterdã (consentimento prévio informado), e agora
- Minamata (tratado global sobre Mercúrio),

Acordos voluntários assumidos pelo governo brasileiro: SAICM - enfoque estratégico da gestão internacional de substâncias químicas cujos temas emergentes são Nanotecnologia; Chumbo nas Tintas; Eletroeletrônicos; Substâncias Químicas em Produtos.

Novos temas: Interferentes Hormonais; Agrotóxicos; (Medicamentos no Meio Ambiente pode vir a ser um novo tema emergente).

Com apenas uma vaga para a sociedade civil, havia um sentimento, como ainda há, de que o papel das ONGs era meramente o de garantir ao governo o direito de informar os organismos internacionais que no Brasil a discussão sobre segurança química é feita com participação democrática. Por isso, as ONGs do GT Químicos (pertencente ao FBOMS e à Rede Brasileira de Justiça Ambiental), Elas não queriam mais participar da comissão.

Com a promessa de que a CONASQ seria transformada em um colegiado mais forte, deliberativo, resolvemos assumir a vaga. A comissão, então, elaborou uma proposta de decreto, mas a ministra do meio ambiente informou a comissão que não iria enviar para a Casa Civil porque a presidência não assinaria o decreto. Decidiu-se por uma portaria interministerial – com o único voto contrário do FBOMS. Duas reuniões depois, os conselheiros perceberam que a estratégia de portaria estava errada, e decidiu-se, agora, por um projeto de lei cuja minuta será feita pelo departamento jurídico do MMA a ser analisado pela CONASQ.

POP – o Brasil tem uma exceção para sulfuramida em plantações de pinus, mas está permitindo a comercialização desta substância tóxica em produtos de uso doméstico para combate a baratas e formigas doces. A Anvisa e o Ministério da Agricultura continuavam autorizando a sua comercialização; após a ameaça de que iríamos denunciar o Brasil na secretaria da convenção, a ANVISA respondeu que irá reavaliar essa permissão. É preciso acompanhar este caso até o seu desfecho, caso contrário a situação pode continuar da forma como está.

Foi criado o GT mercúrio. Proposto pela FUNDACENTRO, e a partir de termo de referência redigido pelos representantes do FBOMS, foi criado um grupo especial para acompanhar a negociação do tratado global do mercúrio; posteriormente a CONASQ aprovou a continuidade do GT para acompanhar especialmente a ratificação e a implementação da convenção de mercúrio. Um relatório da TOXISPHERA mostrou que as 4 plantas de cloro-álcalis no Brasil (Pernambuco, Bahia – Braskem; Panamericana-RJ; Carbocloro-SP) estão emitindo mercúrio na atmosfera (as medições no entorno comprovaram isso). Representantes da ABICLOR apresentaram comentários jocosos sobre o nosso relatório, criticando os parâmetros e os valores de referência aplicados. Como a coordenação da CONASQ não permitiu que apresentássemos a réplica em duas reuniões seguidas

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



do GT Mercúrio, seremos obrigados a fazer uma denúncia ao MPF assim que tivermos recursos para isso. Ao mesmo tempo, uma funcionária do Ibama relatou que fez vistoria nas plantas e que não encontrou qualquer problema, apesar de não ter feito medições de mercúrio com equipamento apropriado.

Para piorar a situação, a área do ministério da saúde responsável pela vigilância ambiental está enfraquecida por falta de vontade política, desmotivando os que querem trabalhar. Nenhum órgão ambiental ou de saúde ou de trabalho no Brasil tem aparelhos para medição de mercúrio – portanto não é possível fazer a fiscalização, por exemplo, de recicladoras de lâmpadas e termômetros de mercúrio, muito menos das plantas de cloro-álcalis.

Como explicado anteriormente, a diretoria de qualidade ambiental na indústria do MMA está executando projeto (PNUMA) para elaborar o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo. Os recursos que estavam inicialmente destinados para as ONGs foram aplicados em outras ações e, portanto, as ONGs não terão acesso direto a esses recursos.

Nas últimas décadas, no Brasil, faltaram mecanismos de financiamento de ONGs que garantam a sua autonomia política e fortaleçam agendas voltadas para a questão da contaminação química e dos direitos humanos. Praticamente não existem hoje ONGs que atuem continuamente na questão de segurança química e saúde ambiental. No entanto, toda a arquitetura da Convenção de Estocolmo é baseada no conceito da participação dos grupos vulneráveis (populações indígenas, mulheres e jovens – em fase de reprodução; povos tradicionais). Fica, portanto, muito difícil implementar um tratado que exige conscientização ampla da sociedade sem a participação da sociedade civil organizada com experiência na área.

Finalmente, não existe transversalidade da questão de segurança química nas outras agendas do MMA. Praticamente todas as ações e programas do MMA parecem desconhecer a perspectiva da segurança química e a necessidade de colocá-la transversalmente nos seus projetos e planos. Exemplo: capacitação de agricultores; capacitação de agentes ambientais; pescadores, etc.

Acordos e programas, por exemplo, os temas amazônicos, estão descolados da questão do garimpo (devastação e contaminação); o plano de consumo sustentável parece desconhecer o papel das substâncias químicas nos produtos e a necessidade de mobilizar e conscientizar o consumidor.

## 6. CTNBIO

O FBOMS é representado pelo INGA (*Paulo Brack*). Principal tema tratado são os transgênicos. Há uma constatação de que, com seu uso, aumentou a quantidade de agrotóxicos utilizados. A atuação do FBOMS se dá em articulação com a AS-PTA e a Via Campesina.

O grupo de estudos sobre agrobiodiversidade, que tem apoio do MDA, tem se reunido e atuado de forma articulada para interferir nas decisões do pleno. É importante ficar na vaga.

### REALIZAÇÃO:



### APOIO:



**7. TFCA** - Tratado Brasil / Estados Unidos sobre a conversão da dívida externa em ações ambientais. O FUNBIO é o gestor da conta.

O FBOMS é representado por *Kathia Vasconcellos Monteiro* do Instituto Augusto Carneiro / Rede Mata Atlântica. Não tem cadeiras para a sociedade civil, somente para Conselhos. O FBOMS está na vaga do CONAFLOOR, como suplente da academia e pelo FBOMS.

O tratado tem 5 anos, repassa recurso para o Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga, mas quase todo o dinheiro vai para a Mata Atlântica. São os pareceristas externos que pontuam os projetos. Os membros do comitê não têm acesso aos projetos.

### **8. CONAFLOOR**

*Xico Blu*, da ASPOAN, é o representante do FBOMS. A última reunião foi em outubro de 2011. O questionamento feito à ministra sobre esta ausência de reuniões foi respondido pelo Secretário Roberto Cavalcante: a área estava sendo reformulada. No entanto, até agora nada aconteceu. Este espaço poderia ter sido importante na discussão do Código Florestal.

**9. “Energia: para que, para quem e como?”** – *Ivo Poletto* - Informação sobre a realização do Fórum Social Temático -, a ser realizado de 7 a 10 de agosto de 2014, em Brasília, DF – um questionamento do modelo energético e da matriz energética, mas também do modelo de produção e consumo, e do modelo de cidade que temos. Haverá também uma feira de iniciativas e eventos de mobilização da sociedade em torno dos temas do Fórum.

### **10. CONABIO**

A ASPAN – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza, enviou seu relato de participação (anexo) e incidência nesta instância e lamentou a impossibilidade de participar deste XXI EN do FBOMS, em virtude de não ter sido possível remarcar, a preços razoáveis, a passagem emitida pela SGPR para o II Seminário Internacional do MR que acontecerá na sequência de 21 a 23 de maio. A representação foi reconduzida para a ASPAN.

Do debate que seguiu as apresentações dos GTs e representantes do FBOMS em instâncias públicas, foram feitas as seguintes propostas, algumas encaminhadas ao final do Encontro, outras que ficam à consideração da Coordenação recém eleita:

#### **Propostas**

- Lutar pela implementação de 5 min obrigatórios para Educação Ambiental nos meios de comunicação.
- Apoio à definição por lei do Sistema Nacional de Educação em debate no Congresso.
- Aliança com a Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e pela Vida e outros grupos atuando na área de contaminação química.

#### **REALIZAÇÃO:**



#### **APOIO:**





- Força tarefa para cobrar do Itamaraty coerência entre política internacional e nacional.
- Apoiar o GT de segurança química e suas interfaces com outros GTs do FBOMS, em particular a luta relacionada ao Código de Mineração.
- Incluir a questão da segurança química na carta de Brasília.
- Carta à secretaria executiva das convenções (segurança química) que não estão sendo cumpridas.
- Preparar um material básico para ajudar a divulgar e preparar entidades para entenderem e incorporarem as questões de segurança química em suas pautas.

**AÇÃO - Consultar se a cadeira de representante do FBOMS no Conselho Nacional de Saúde** ainda existe e indicar representantes em substituição à Raquel e Doroty.

**AÇÃO - Indicar representante do FBOMS na Rede Planetária de Educação Ambiental**, papel exercido pela Doroty interinamente por indicação do GT de EA e Agenda 21. A eleição indicou Sabrina Amaral (Gaia Guria) e João Malavolta (ECOSURFI)

**AÇÃO - Reunir os representantes do FBOMS em instâncias públicas para discutir estas representações.**

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável



## Sessão 4 - Leitura e aprovação da Carta de Brasília

### CARTA ABERTA DO XXI ENCONTRO DO FBOMS

Brasília 20 de maio de 2014

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS, reunido nos dias 19 e 20 de maio de 2014, em Brasília, vem a público alertar a população e o governo para o aprofundamento da crise socioambiental por que passa o País. Este panorama já foi destacado em junho de 2012, durante a Cúpula dos Povos e Rio + 20, no documento “Brasil na contramão do desenvolvimento sustentável: o desmonte da agenda socioambiental”.

Hoje, vemos a retomada agressiva de um ambiente de negócios corporativos, associado a megaeventos da Copa, agravando, por exemplo, os impactos já gerados pela implantação de megainfraestrutura de exportação de matérias primas (minérios e grãos), interconectada a políticas de incentivo ao consumo crescente e de forma insustentável. Para completar o quadro, a legislação socioambiental vem sendo destruída para maximizar a lucratividade de grandes setores que não veem limites aos seus negócios. O modelo de crescimento econômico, mesmo que tenha apresentado alguns resultados na redução da desigualdade social no Brasil, foi realizado com base na expansão de atividades reconhecidamente incompatíveis com a necessária atenção ao papel estratégico de nossa sociobiodiversidade e do patrimônio natural brasileiro para a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Os relatos dos representantes de entidades e movimentos de todas as partes do Brasil dão conta de um cenário de destruição, decorrente do prosseguimento das grandes obras de infraestrutura, concentradoras e de alto impacto socioambiental, que vem comprometendo ainda mais o que resta dos biomas brasileiros e de seus serviços ambientais. Uma infraestrutura que, além de retomar as poluentes usinas térmicas a carvão mineral, incrementa megahidrelétricas em rios localizados nas Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade (Port. N. 9, MMA, 2007), e que também atingem os territórios de povos Indígenas e outras populações tradicionais, sem o devido processo de consulta livre, prévia e informada.

No campo, constata-se ainda a expansão da fronteira agrícola, via monoculturas químico-dependentes, sob a batuta daqueles que patrocinaram os retrocessos no Código Florestal. Da mesma forma os grandes projetos de mineração, sob a sombra de um novo Código Minerário, ameaçam populações tradicionais, em vulnerabilidade crescente. De outra parte, a PEC 215 que engessa a delimitação de terras indígenas e quilombolas é colocada na mesa por políticos do agronegócio e da mineração, muitos deles financiados, nas últimas campanhas eleitorais, por empresas que vêm degradando a natureza e se beneficiam de tudo isso.

#### REALIZAÇÃO:



#### APOIO:



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável





Na cidade, a qualidade de vida está agravada pela especulação imobiliária desenfreada, associada ao grave problema da moradia, pela falta de mobilidade, escassez de água potável e por uma carga de poluentes de todos os tipos, gerada por atividades que não têm controle por parte dos órgãos ambientais. A expansão da atividade industrial ocorre sem a observância dos compromissos e dos programas voltados a evitar e mitigar os riscos associados ao uso, produção e comercialização de produtos e substâncias químicas perigosas e persistentes.

Percebe-se que nos 24 anos de criação do FBOMS o contexto socioambiental nunca foi tão crítico. Esta situação não é exclusividade brasileira. No mundo inteiro, as políticas governamentais, ligadas à economia hegemônica em âmbito global, após a crise financeira de 2008, retomam o papel do Estado como indutor do velho paradigma e das falsas saídas baseadas no crescimento econômico e nos mercados mundializados. Isto se dá com enormes custos e ataques às políticas sociais, ao meio ambiente e, em especial, às populações tradicionais.

Do ponto de vista da democracia, o modelo de representação político-partidária, que não mais responde às expectativas da população, está em colapso e exige uma profunda reforma política, sob controle da sociedade. Lutamos por um processo que rompa definitivamente com os financiamentos privados de campanha, que são, hoje, amparados por grandes setores econômicos internacionais e nacionais, que mais degradam a Natureza e os direitos sociais. Lutamos por um processo de participação inclusivo e permanente, que construa um projeto nacional de ecossobrerania e sustentabilidade socioambiental.

Apelamos a sociedade brasileira no sentido de reafirmar a vocação do Brasil, um país megadiverso, denunciando as tentativas de retrocesso, apoiando e fortalecendo os movimentos sociais e entidades socioambientalistas, que têm um papel fundamental no processo de avanço necessário nas políticas públicas para as presentes e futuras gerações.

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável



## Sessão 5 (13:20 –16:30) – Deliberações

### I. Solução de passivo trabalhista gerado em 2010

O GTA assumiu pelo FBOMS o contrato de trabalho da gerente executiva que ficou de 2006 a 2009, quando entrou em licença maternidade, tendo um primeiro filho e engravidando de um segundo filho em seguida. Neste meio tempo, o projeto que financiava este custo terminou. Em 2012, ela saiu do país e deixou uma ação na justiça que correu à revelia. A sentença foi de 100 mil reais (que incluía rescisão, multa, resíduo de 13º e férias, custas processuais etc.), cuja atualização está em mais de 500 mil reais, incluindo impostos e custas que não são negociáveis. Houveram várias tentativas de negociação sobre os outros valores, inclusive algumas com sucesso, mas que, por diversos motivos - de responsabilidade tanto do FBOMS e GTA, quanto do representante da ex-funcionária - terminaram por não acontecer.

**AÇÃO - Constituir advogado, buscar erros processuais, tentar cassar a sentença excessiva e recorrer dos cálculos.**

O Instituto Henfil e Mauricio Laxe são voluntários para ajudar a rever e analisar o processo do ponto de vista legal.

**AÇÃO - Carta das organizações presentes no encontro fazendo um apelo à funcionária e ao seu companheiro para reverem a sua posição e negociarem uma saída.**

**AÇÃO - Fazer uma campanha para arrecadação de fundos, conforme documento anexo, que deve ser resumido para maior impacto.**

**AÇÃO - Fazer uma conversa com a CUT para disponibilizar um advogado trabalhista para ajudar no caso. Eles já se prontificaram a contribuir com a campanha de arrecadação.**

### II. Apresentação das informações sobre a atualização do cadastro.

Foi feito um trabalho de busca ativa das organizações membros (antigos contatos, fale conosco nos sites das organizações, postagem nas listas de redes e do FBOMS, e outros). Ao final de 5 meses de busca ativa, 66 organizações responderam.

### III. Aprovação de novas organizações

Foram aprovadas em plenária a entrada no FBOMS das seguintes organizações:

- Articulação Nacional dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente
- Ecosurfi, de São Paulo
- Instituto Atitude Cidadania e Meio Ambiente, de Aracaju
- Fórum Pró-Cidadania de Salvador

#### REALIZAÇÃO:



#### APOIO:



- Instituto Energia e Meio Ambiente
- Coletivo Memórias do Mar

#### **IV. Eleição da nova coordenação:**

A mesa eleitoral foi constituída por Sabrina Amaral, Danrley Cavalcante da Silva e Maria do Perpétuo Socorro Campos Fernandes. Foi esclarecido que o mandato é de 3 anos e a importância da participação de redes na coordenação para multiplicar o impacto do FBOMS. Após uma rodada de indicações e consultas foram eleitas as seguintes organizações:

- Articulação de Coletivo Jovem
- Associação Alternativa Terrazul
- ASPOAN
- Bio-Bras
- Ecos Brasil
- Fundação Grupo Esquel Brasil
- Grupo Geema
- IBC
- Instituto Henfil
- Rede GTA
- Rede Mata Atlântica

Esta última terá de fazer uma consulta aos seus membros, assim sua participação é ad referendum. De toda forma, ficou o compromisso da RMA e da SOS Mata Atlântica de estar mais perto do FBOMS.

**V. Apresentação do filme do Memórias do Mar na Rio+20.** Proposta de criação de um GT para trabalhar as temáticas do mar, que será liderado por eles e pela Ecosurfi.

#### **Propostas**

A partir do debate do dia, foram feitas as seguintes propostas, algumas encaminhadas ao final do Encontro, outras que ficam à consideração da Coordenação recém eleita:

- Elaborar uma carta de demandas aos candidatos à presidência
- Prioridades para os próximos 3 anos: Radicalizar a democracia, Enfrentamento aos retrocessos das políticas socioambientais, Reforma Política
- Usar a lei de acesso à informação para conseguir e dar visibilidade a documentos de importância socioambientais (pesquisas sobre agendas 21, etc.).
- Usar os instrumentos legais para fazer frente à truculência de certos servidores públicos (caso Conama x conselheiro impedido de apresentar propostas em resoluções, caso do CONASO).

#### **REALIZAÇÃO:**



#### **APOIO:**





- Ter pé no chão com relação ao número de organizações que efetivamente são membros do FBOMS.

**AÇÃO - Apoio a uma constituinte exclusiva para a reforma política.** A nova coordenação irá organizar as propostas do FBOMS para o assunto, inclusive com as ressalvas sobre o modelo partidário.

**AÇÃO - Participar do café da manhã da frente parlamentar pelo meio ambiente** – 8hs, com a placa de apoio à aprovação do Marco Regulatório das OSCs.

**AÇÃO - Reunião da coordenação eleita**, na Fundação Esquel, dia 21/05 às 16hs.

**AÇÃO - Apoio a lei de iniciativa popular sobre os territórios tradicionais de pesca** cujo link será colocado no site do FBOMS:

<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2014/04/carta-de-repudio-politica-do-ministerio.html?spref=fb>.

**AÇÃO - Atualizar a lista de participação das organizações nos grupos de trabalho:** a coordenação de cada GT deve mobilizá-las para tal.

#### **Eleição de Representantes:**

- Conselho Nacional de Saúde – Zuleica Nycz - APROMAC (titular) Katia Vasconcellos Monteiro Instituto Augusto Carneiro (suplente)
- FNMA - Perceval Nunes de Carvalho Filho - STV Brasil (titular), Mauro Scarpinatti - Espaço (suplente).
- Rede Planetária de Educação Ambiental – Sabrina Amaral (titular) e João Malavolta (Ecosurfi).

#### **Sessão 6 (16:30 – 18:00) – Moções aprovadas**

As recomendações, moções, propostas e encaminhamentos deverão ser relacionadas, organizadas para compor pauta (agenda) de trabalho, devendo ser repassadas junto com a memória do XXI EN para todas organizações, redes e movimentos inscritos no FBOMS.

**1. Ao Conama sobre a proposta de resolução dos parques eólicos** (Xico Blu fica responsável por preparar, e Zuleica repassará o material do que está sendo discutido pelo CONAMA).

**2. MOÇÃO DE REPÚDIO a “Frente Parlamentar em Defesa das Populações Atingidas por Áreas Protegidas” (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), e aos Deputados Federais que a compõem.**

O Brasil possui menos de 10% de sua extensão territorial em unidades de conservação, um país que se diz democrático e desenvolvido. Nos últimos anos o país perdeu cerca de 5,2 milhões de hectares de unidades de conservação, área igual à extensão da Costa Rica, através da extinção ou recategorização das suas unidades de conservação legalmente estabelecidas.

#### **REALIZAÇÃO:**



#### **APOIO:**



Por isso, os representantes das OSCs infra assinadas, que compõem o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – **FBOMS**, presentes ao **XXI ENCONTRO NACIONAL DO FBOMS**, realizado durante os dias 19 e 20 de Maio de 2014, em Brasília-DF, vem por intermédio da presente apresentar **“MOÇÃO DE REPÚDIO”** à acintosa iniciativa de criação da **“FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR ÁREAS PROTEGIDAS (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS)”** e seus componentes, em especial ao **DEPUTADO FEDERAL WEVERTON ROCHA (PDT-MA)**, autor do Requerimento 10.028/2014, que propôs a criação da já mencionada **COMISSÃO**.

Brasília-DF, 20 de Maio de 2014.

GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO – REDE GTA  
Rede Mata atlântica  
FBOMS  
Todas as organizações presentes.

---

### 3. MOÇÃO DE REPÚDIO

PARA: Governo do Rio Grande do Norte, Prefeitura de São Miguel do Gostoso-RN  
Governo Federal, CONAMA, ICMBIO

Considerando o elevado número de tartarugas marinhas mortas, vítimas de atropelamento nas praias localizadas no município de São Miguel do Gostoso-RN, devido à presença constante de veículos na orla marítima e a inexistência de fiscalização por parte do governo, as instituições que compõem o FBOMS, reunidas nos dias 19 e 20 de maio de 2014, em Brasília, DF, em seu XXI Encontro, REPUDIAM a omissão do governo municipal na proteção as tartarugas marinhas que procuram essas praias para reprodução.

---

### 4. MOÇÃO DE APOIO à aprovação da unidade de conservação Monumento Natural do MORRO DO CARECA, em Natal - RN.

PARA: Presidenta Dilma Vana Roussef  
Ministro da Defesa Celso Amorim  
Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira  
Governadora do Estado do RN Rosalba Ciarlini Rosado

CONSIDERANDO:

- A necessidade urgente do aumento de áreas de proteção do ambiente natural,
- A proteção da biodiversidade desta área singular,
- A importância da beleza excepcional e singular do conjunto paisagístico de dunas que formam o Morro do Careca no bairro de Ponta Negra, em Natal, RN, juntamente com o espaço de significativa beleza natural e ecossistêmica da Barreira do Inferno em Parnamirim, RN,
- A necessidade urgente da proteção deste conjunto natural, Morro do Careca e Barreira do Inferno,
- Que não haverá conflito de usos desta proposta de unidade de conservação;

REALIZAÇÃO:



APOIO:



- Que em 2010 o CONAMA aprovou uma Moção solicitando a transformação da área do Morro do Careca em Natal e Parnamirim no RN em uma Unidade de Conservação,
- Que o CONEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente do RN aprovou esta proposta em sua reunião ordinária de julho de 2011,
- A proposta do IDEMA de criar a unidade de conservação denominada MONUMENTO NATURAL DO MORRO CARECA,

PEDIMOS:

Aprovação imediata por parte do Governo Federal e Estadual da criação desta unidade de conservação do Monumento Natural do Morro do Careca e Barreira do Inferno.

---

## **5. MOÇÃO PÚBLICA DE APOIO à aprovação do Marco Regulatório da Sociedade Civil**

CONSIDERANDO:

- A crise e as dificuldades vividas pelas OSCs em seu relacionamento com o Governo, reduzindo assim a capacidade das OSCs de atuar no fortalecimento da democracia;
- A insegurança jurídica existente, que coloca em risco a capacidade de ação e de sobrevivência das organizações e
- A lentidão com que os sucessivos governos vêm tratando os esforços de aprimoramento dos instrumentos e mecanismos políticos e legais para o fortalecimento das OSCs.

As organizações reunidas no XXI Encontro Nacional do FBOMS vêm a público reafirmar seu apoio e comprometimento com as propostas elencadas na Plataforma do Novo Marco Regulatório para as OSCs e requerer ao Poder Legislativo o exame e a aprovação urgente do Projeto de Lei 3877 que trata das normas de contratação e transferência de recursos dos Governos para as OSCs.

---

## **6. MOÇÃO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Publicar a Lista da Flora Ameaçada do Brasil, há mais de um ano finalizada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

---

## **7. MOÇÃO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Implementar imediatamente a Portaria n.9 de 23 de janeiro de 2007, que define o Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira, com a revisão de todos os grandes empreendimentos nestas áreas.

---

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável



## ENCERRAMENTO:

*Sonhos que se sonham só  
São sonhos que se sonham.  
Só.  
Mas sonhos que se sonham juntos  
É realidade.*

*Por Socorro da PB*

## Cordel “Esperança” para o FBOMS

*Por Mirella Cursino*

*É tempo de mudança  
de viver e acreditar  
É tempo de esperança  
de abrir as portas para o futuro*

*Estamos todos (re)unidos  
com as forças convergidas  
Em busca de uma nova vida  
vivendo a transformação*

*Como fazemos a mudança?  
deixando o velho padrão pra trás  
dissolvendo as antigas crenças  
formas de fazer e maneiras de agir*

*Precisamos ter firmeza  
ter amor e alegria  
mantendo a união  
expressando com sabedoria*

*Como transformar nosso país?  
transformado a si mesmo  
E com respeito e carinho  
dar valor aos companheiros*

*A luta continua ... aqui e agora  
e nossas forças se multiplicam  
De agora em diante  
nossa missão se fortalece  
acreditando no diálogo intergeracional  
na troca de saberes e experiências*

*Não devemos desistir  
diante das angústias  
Pois nós somos a esperança  
aqueles que há tanto  
tempo estamos esperando!*

### REALIZAÇÃO:



### APOIO:



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável



## XXI ENCONTRO NACIONAL DO FORUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

### PRESEÇA

|    | NOME                                   | ENTIDADE   | UF |
|----|--|--|----|
| 01 | Adriana Bravim                         | BIO-BRAS   | SP |
| 02 | Aldiza Soares da Silva                 | FGEB   | DF |
| 03 | Alex Orpheo                            | CASA   | SP |
| 04 | Ana Catarina Campbell                  | CASA   | SP |
| 05 | Beloyanis Bueno Monteiro               | SOS Mata Atlântica   | SP |
| 06 | Brent Millikan                         | International Rivers                                       | DF |
| 07 | Carcius Azevedo dos Santos             | ISPN   | RJ |
| 08 | Carolle Utrera Alarcon                 | Idesam   | MA |
| 09 | Cintia Okamura                         | Fórum Agenda 21 do Macro Leste                             | SP |
| 10 | Cristina Orpheo                        | CASA   | SP |
| 11 | Damaris Teixeira Paz                   | REJUMA   | AM |
| 12 | Danrley Cavalcante da Silva            | RECEJUMA   | GO |
| 13 | Denis Alberto                          |  |    |
| 14 | Diogo Damasceno Pires                  | REJUMA   | GO |
| 15 | Dionisio C. Neto                       | SEMAM  | PI |
| 16 | Doroty Martos                          | Instituto Redecriar  | SP |
| 17 | Elaine Aparecida Rodrigues             | Associação Fórum Pró Cidadania                             | BA |
| 18 | Fernando da Silva Oliveira             | HENFIL   | SP |
| 19 | Francisco Iglesias                     | ASPOAN   | RN |
| 20 | Gabriela Baesse Iglesias Alves Pereira | ASPOAN   | RN |
| 21 | Gabriela Barbosa Batista               | TERRAZUL   | DF |
| 22 | Gerson Moura                           | Instituto HENFIL   | SP |
| 23 | Iara Souza Vicente                     | Terrazul   | DF |
| 24 | Itanor N. Junior                       | IBC  | GO |
| 25 | Jacqueline Guerreiro Aguiar            | GEEMA  | RJ |
| 26 | João Bosco Campos dos Santos           | GTA  | PA |
| 27 | João Malavolta                         | ECOSURFI   | SP |
| 28 | Kamyla Borges Cunha                    | Instituto Energia e Meio Ambiente                          | PA |
| 29 | Kathia Vasconcellos Monteiro           | Instituto Augusto Carneiro                                 | RS |
| 30 | Lais Catherine Sonkin                  | Associação dos Profissionais de Engenharia Florestal do RJ | RJ |
| 31 | Leonel Graça Generoso                  | Associação Novo Encanto                                    | SP |

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável





|    |  |   |    |
|----|--|---|----|
| 32 | Luiz Sergio C. Lopes                       | Instituto Cerrado Criativo                                | GO |
| 33 | Maiti Matoso Fontana                       | IABS / Socioambiental e CMM                               | DF |
| 34 | Maria do Perpetuo Socorro Campos Fernandes | APAN  | PB |
| 35 | Mariana Chaves Mota                        | Greenpeace  | DF |
| 36 | Martha Fellows Dourado                     | IPAM  | DF |
| 37 | Mauricio Laxe                              | Ecos Brasil   | PE |
| 38 | Mauro Scarpinatti                          | ESPAÇO  | SP |
| 29 | Milene Maia Oberlaender                    | GAMBÁ   | BA |
| 40 | Mirella Cursino da Silva                   | Coletivos Memórias do Mar                                 | SC |
| 41 | Monica Pilz Borba                          | Instituto 5 elementos                                     | SP |
| 42 | Myriam Prochnow                            | Apremavi  | SC |
| 43 | Natália Pereira Dalto dos Santos           | Atitude de Cidadania e Meio Ambiente                      | SP |
| 44 | Nilo Diniz                                 | MMA   | DF |
| 45 | Paulo Brack                                | INGÁ  | RS |
| 46 | Pedro Ivo de Souza Batista                 | TERRAZUL  | CE |
| 47 | Pedro Piccolo Contesini                    | TERRAZUL  | DF |
| 48 | Perceval Nunes de Carvalho Filho           | STV Brasil  | RN |
| 39 | Rafael Velho                               | GAIA GURIA  | RJ |
| 50 | Regina Maria Sousa Chaves                  | RECEJUMA  | CE |
| 51 | Rubens Harry Born                          | ESQUEL  | SP |
| 52 | Sabrina Amaral                             | GAIA GURIA  | RS |
| 53 | Silvia Alcântara Picchioni                 | ESQUEL  | DF |
| 54 | Silvio Rocha Sant'Ana                      | ESQUEL  | DF |
| 55 | Thomas Antonio R. de Sousa                 | IBC   | GO |
| 56 | Zeli Raquel da Rocha                       | Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos | MA |
| 57 | Zuleica Nycz                               | APROMAC   | PR |

Presenças ainda de:

- Nilo Diniz do MMA
- Ivo Poletto e
- Mario Montonavi da SOS Mata Atlântica

Relatoria: Muriel Saragoussi [muriels@ig.com.br](mailto:muriels@ig.com.br)

Revisão: Silvia Alcântara Picchioni, Kathia Vasconcelos, Zuleica Nycz, Silvio Sant'Ana, Doroty Martos e Ana Campbell

Apoio: Jessica e Paulo Roberto da Fundação Esquel

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**Fundação Grupo Esquel Brasil**  
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável

